



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa destinada a acompanhar, fiscalizar e propor providências acerca da apuração das circunstâncias do desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, na região do Vale do Javari, no estado do Amazonas.

Apresentação: 12/12/2022 11:15:17.620 - Mesa

INC n.1637/2022

REQUERIMENTO Nº , DE 2022

(Da Comissão Externa ao Vale do Javari/AM)

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo, em especial, ao Ministro da Justiça e Segurança Pública para solicitar apoio ao pleito dos servidores da Funai e adoção da recomendação nº 22/2022 do Ministério Público Federal¹.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex^a. seja encaminhada ao Poder Executivo a Indicação anexa, solicitando ao Ministro da Justiça e Segurança Pública para solicitar apoio ao pleito dos servidores da Funai e adoção da recomendação nº 22/2022 do Ministério Público Federal.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2022.

Deputado **José Ricardo**

Coordenador

¹ Disponível em <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/mpf-recomenda-que-funai-nao-tome-medidas-sancionatorias-contragrevistas-1>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa destinada a acompanhar, fiscalizar e propor providências acerca da apuração das circunstâncias do desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, na região do Vale do Javari, no estado do Amazonas.

INDICAÇÃO Nº , DE 2022

(Da Comissão Externa ao Vale do Javari/AM)

Solicita ao Ministro da Justiça e Segurança Pública apoio ao pleito dos servidores da Funai e sugere a adoção da recomendação nº 22/2022 do Ministério Público Federal².

Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça e Segurança Pública,

Após a aprovação do Requerimento nº 1.032, de 2022, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, em 15 de junho do corrente ano, o Presidente da Casa, com base no art. 38 do Regimento Interno, criou a “Comissão Externa destinada a acompanhar, fiscalizar e propor providências acerca da apuração das circunstâncias do desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do Jornalista inglês Dom Phillips, na região do Vale do Javari, no estado do Amazonas”, que tem como Coordenador o Deputado José Ricardo; como Vice-Coordenadora, a Deputada Federal Joenia Wapichana; e como Relatora, a Deputada Federal Vivi Reis.

Verificou-se que um dos grandes empecilhos à proteção dos indígenas e de seus territórios na Amazônia têm sido a própria atuação da Funai. Aponta uma das conclusões do Relatório:

a atual gestão da Funai não atua em cumprimento de sua função institucional, dificultando o trabalho dos servidores, com medidas diretas (tais como a exoneração de Bruno do cargo de coordenador-geral de Índios Isolados e de Recém Contatados) e indiretas, desrespeitando e desestimulando a atuação daqueles que buscam a proteção do território indígena do Vale do Javari (seja mediante notas difamatórias divulgadas, seja mediante a nomeação de pessoas inaptas para o exercício de suas funções, seja mediante o silêncio institucional a pedidos de deslocamento de servidores, pagamento de diárias e outros).

² Disponível em <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/mpf-recomenda-que-funai-nao-tome-medidas-sancionatorias-contragrevistas-1>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa destinada a acompanhar, fiscalizar e propor providências acerca da apuração das circunstâncias do desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, na região do Vale do Javari, no estado do Amazonas.

Em complemento, o seguinte excerto do Relatório Final da Comissão:

Os relatos obtidos em nossa diligência externa apontam que, muitas vezes, a Administração da Funai nega o pagamento de diárias para que os servidores possam se deslocar no território. Algumas vezes, segundo eles, todo o custo da viagem, que pode chegar a 15 dias pelo interior da Terra Indígena, é arcado pelo próprio servidor. Para realizar tal viagem, a trabalho, não há qualquer apreço ou valorização dos servidores pela cúpula da Funai. Pelo contrário, atuam para que a fiscalização não ocorra.

Em complemento, tamanho o descaso, que indígenas contratados temporariamente para impulsionar o patrulhamento após a tragédia, não possuem sequer uniforme. Não possuem condições nem de se apresentarem como representantes do Estado brasileiro a embarcações envolvidas com atividades ilegais, consoante nos foi relatado em reunião no dia 01/07/2022. Não há sequer embarcações com motores adequados. O prédio onde até pouco tempo se encontrava a Funai, está em condições inabitáveis, prestes a desabar e, até hoje, é utilizado como ponto de apoio por indígenas que se deslocam à cidade de Atalaia do Norte.

Nas duras, porém verdadeiras palavras proferidas pelo Sr. Beto Marugo, na audiência do dia 12 de julho deste ano, a “Funai ajudou a matar meu amigo Bruno”.

Além do desmonte da Funai, cabe destacar a ausência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na região. O escritório regional do órgão que funcionava em Tabatinga foi desativado, deixando o Vale do Javari ainda mais vulnerável aos crimes ambientais.

Ou seja, temos uma Funai sem embarcações adequadas, sem pessoal suficiente, sem sequer um uniforme que os identifique, e, sobretudo, sem segurança, sem qualquer fator direto de inibição da ação de infratores e criminosos. Tudo isso é acompanhado por dificuldades impostas pela Administração em Brasília, em um escancarado desprezo por políticas indigenistas.

Outras atitudes não eram de se esperar de uma gestão que logo após o brutal assassinato de um servidor licenciado de seus quadros, emite nota buscando desqualificá-lo, em completo desrespeito aos familiares e a todos que se consternavam com trágica situação. Tamanho o absurdo constante na nota expedida pelo Presidente da instituição cuja missão institucional é justamente a proteção e o reconhecimento dos indígenas, que, ainda em sede liminar, a Justiça determinou imediata correção:

14.1. Fica determinado à Ré FUNAI, durante o processo de localização e buscas dos desaparecidos Bruno Pereira e Dom Phillips, obrigação de não fazer consistente em NÃO ADOTAR atos tendentes a desacreditar a trajetória do indigenista Bruno da Cunha Araújo Pereira e do Jornalista Dom Phillips; 14.2. Fica determinado à Ré FUNAI, quanto à 'Nota de esclarecimento', por conter afirmações incompatíveis com a realidade dos fatos e com os direitos dos povos indígenas, seja retirada IMEDIATAMENTE dos veículos oficiais de mídia da





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa destinada a acompanhar, fiscalizar e propor providências acerca da apuração das circunstâncias do desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, na região do Vale do Javari, no estado do Amazonas.

FUNAI; 14.3. Fica determinado à Ré FUNAI que sua presidência se abstenha de praticar qualquer ato que possa ser considerado atentatório a dignidade dos desaparecidos ou que implique em injusta perseguição à União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) ou aos servidores da Funai lotados na Coordenação Regional da FUNAI no Vale do Javari³.

Diante do desmonte do órgão e das ameaças sofridas por servidores e indígenas, a resposta da direção da Funai tem sido, por vezes, o silêncio completo, numa sinalização de desprezo às vidas. Após a morte de Bruno e Dom, o atual presidente da Funai, Marcelo Xavier, não visitou a região e “sequer deu um telefonema” como manifestação de solidariedade aos trabalhadores do órgão e aos indígenas, conforme relato de um servidor indignado. As famílias das vítimas também não tiveram nenhum atendimento psicossocial do órgão e a Fundação não abriu um único inquérito administrativo para acompanhar a questão, e não tomou nenhuma medida efetiva para garantir a proteção de seus servidores⁴.

Em complemento, temos os relatos de alguns indígenas da região, manifestando a completa indignação com a atuação da atual presidência da Funai:

“Isso (a tragédia dos cruéis assassinatos) já foi anunciado para o Ministério Público, para o próprio Presidente da Funai, que infelizmente, tenho que dizer isso de forma em público, dizer que eu repudio com minha indignação total por falta, de maus tratos aos próprios funcionários. Que quando houve a morte de servidor ele não teve nem a solidariedade e sensibilidade com o que faleceu. O presidente se colocou pelo contrário. Isso é triste para nós (...) Governado por pessoas que eu acho que não tem a mínima sensibilidade com a gente. Isso é triste para nós. Os povos indígenas estão vulneráveis (...) Então, eu repudio a Funai, na pessoa da presidência da Funai (aplausos), que não teve mínima consideração por seus funcionários. Isso aí é falta de respeito.”

“A Funai está aí, sem braço, sem perna. Porque esse Presidente atual que entrou deixou a nossa. A estratégia dele era nos enfraquecer. E ele tá aí, tira um chefe hoje, coloca amanhã, tira um delegado hoje da Polícia Federal e coloca amanhã. E assim é a gestão desse Presidente.”

“Faltou o presidente da Funai. Que a gente queria falar para ele estruturar melhor o funcionamento da Funai. Que a Funai está sem funcionários. Não tem ninguém lá para trabalhar para gente. Por isso que o Bruno saiu da Funai. Para tentar fazer o trabalho que ele fazia quando era da Funai. (...) O presidente da Funai que poderia estar aqui para ouvir isso, não tá.”

Pelo exposto, não há dúvidas: a atual Funai não está somente despreparada, mas tem verdadeiro desprezo pelos indígenas e indigenistas da região amazônica. Parece os enxergarem como

³ Excerto da decisão proferida nos autos nº 1004249-82.2018.4.01.3200, Justiça Federal da 1ª região.

⁴ <https://www.cartacapital.com.br/politica/um-mes-apos-desaparecimento-de-bruno-e-dom-governo-federal-nao-reforcou-seguranca-no-javari/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa destinada a acompanhar, fiscalizar e propor providências acerca da apuração das circunstâncias do desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, na região do Vale do Javari, no estado do Amazonas.

obstáculos ao chamado “desenvolvimento”, à desgovernada exploração dos nossos recursos ecológicos. Com seus discursos e atitudes, acabam por incentivar aos criminosos, para que cresçam despreocupadamente na região e, cheguem, inclusive, a tirar a vida daqueles que ousem combatê-los.

Diante do exposto, é importante que a Funai imediatamente tome medidas de valorização de seu quadro de funcionários, bem como suspenda normativas que buscam obstaculizar o trabalho dos servidores que se encontram em territórios indígenas e em suas proximidades, pelo que sugerimos o atendimento à recomendação do Ministério Público Federal nº 22/2022 do Ministério Público Federal.⁵

Sala das Sessões, em de dezembro de 2022.

Deputado JOSÉ RICARDO
Coordenador

⁵ Disponível em <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/mpf-recomenda-que-funai-nao-tome-medidas-sancionatorias-contragrevistas-1>

